RAZÕES DE VETO

MENSAGEM Nº 16, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

No exercício das prerrogativas contidas nos artigos 42, § 1º, e 66, inciso IV, todos da Constituição do Estado, levo ao conhecimento de Vossas Excelências as RAZÕES DE VETO TOTAL aposto ao Projeto de Lei nº 458/2015, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de sinalização temporária de obras e obstáculos nas vias públicas estaduais e dá outras providências”, aprovado por esse Poder Legislativo na Sessão Ordinária do dia 19 de dezembro de 2017.

Apesar dos louváveis propósitos que conduziram os Nobres Parlamentares a aprovarem o Projeto de Lei em análise, foi ouvida a Procuradoria Geral do Estado (PGE) que, por meio do Parecer nº 812/SGACI/2017, manifestou pelo veto integral por vício material de constitucionalidade.

Segundo a Procuradoria, legislar sobre a matéria tratada na proposição é de competência privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XI, da CF/88, impossibilitando que, a princípio, os Estados e os Municípios editem normas sobre trânsito e transporte.

Atualmente, conforme o fundamento do Parecer, a única possibilidade de o Estado-membro legislar sobre questões relativas a trânsito e transporte, será mediante delegação da própria União, por meio de lei complementar, de um ponto específico da citada matéria, conforme o parágrafo único do art. 22 da CF/88.

Desta forma, Senhores Parlamentares e Senhora Parlamentar, por inconstitucionalidade, veto integralmente o Projeto de Lei nº 458/2015 apresentado para o autógrafa constitucional, submetendo-o à apreciação dos membros dessa Casa de Leis, aguardando sua acolhida nos termos das razões expostas.

Palácio Paiaaguás, em Cuiabá, 17 de janeiro de 2018.

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: 628cb0d8

Consulte a autenticidade do código acima em https://homolog.iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar